VIII Seminário Nacional do Centro de Memória – Unicamp

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

Memórias de leitores na biblioteca do Instituto de Educação "Carlos Gomes"

CÁSSIA A. SALES M. KIRCHNER*

No texto *Lugares de Memória* Pierre Nora aborda três dimensões relacionando-as como material, simbólica e funcional. O trabalho aqui apresentado busca apreender os traços e contornos das memórias de leituras na biblioteca do Instituto de Educação "Carlos Gomes" em Campinas, São Paulo, a partir dos relatos de ex-alunas[1], que frequentaram o Instituto entre as décadas de 1950 e 1970. A partir da dimensão material, foram considerados os propósitos presentes na constituição das bibliotecas dos Institutos de Educação; os relatos de ex-alunas trouxeram as experiências vivenciadas por leitores possibilitando tratar seu caráter simbólico e a dimensão funcional foi abordada a partir das relações estabelecidas com o lugar, suas imagens e objetos.

O trabalho enfoca as relações entre história da educação, memória e práticas de leitura e pauta-se nos trabalhos de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Paul Ricoeur. As observações desenvolvidas possibilitaram identificar o deslizamento ocorrido entre a noção de lugar de memória e o processo de patrimonialização da biblioteca desta instituição escolar.

1. Dos propósitos presentes na constituição das bibliotecas dos Institutos de Educação às experiências vivenciadas por seus leitores

A proposta do funcionamento das instituições de ensino como Institutos ocorreu com a reforma do ensino normal, por meio do Decreto Estadual nº 5846, de 21 de fevereiro de 1933. O decreto foi comentado por Fernando de Azevedo em relatório publicado no *Annuário*

* Unicamp, doutoranda em educação, apoio CNPq.

1 Os relatos trabalhados são de quatro irmãs, ex-alunas que fizeram o curso normal, cursos de aperfeiçoamento em ensino primário, especialização em educação pré-primária e ainda especialização de professores de débeis mentais. Apenas uma das entrevistadas, a irmã mais velha que ingressou no curso ginasial em 1949, acompanhou a transição entre a Escola Normal e Ginásio Estadual "Carlos Gomes" para Instituto de Educação Estadual "Carlos Gomes", em 1951.

do Ensino do Estado de São Paulo, 1935-1936. De acordo com o relatório, a proposta dos institutos seria oferecer formação profissional superior, o curso propedêutico já existente nas escolas normais, escola destinada à aplicação didática dos alunos e professores e a equiparação do curso secundário ao ginásio. Essa mudança é considerada pelo educador como a mais radical reforma empreendida no ensino normal.

Mesmo o primeiro instituto sendo fundado em 1933, a saber, Instituto de Educação "Caetano de Campos", em São Paulo, o "processo de expansão para o interior do Estado e para o litoral iniciou-se apenas em 1951, havendo a criação de novos Institutos de Educação até 1967" (LABEGALINI, 2009). Campinas foi a primeira cidade do interior a ser contemplada. Nascimento (1999, p. 66) considera que fatores como a importância agrícola e comercial do município, assim como a interferência política exercida através de persistentes solicitações por políticos da cidade, além das boas condições sanitárias, teriam contribuído para a implantação da Escola Complementar de Campinas, em 1902. Desde então a cidade ganhou espaço tanto no setor econômico quanto político, apresentando grande importância dentro do estado.

O livreto do serviço de informações, turismo e propaganda publicado pela Prefeitura Municipal de Campinas traz, com certa exaltação, que em 1º. de julho de 1950 a população de Campinas foi recenseada, acusando 155. 358 habitantes, configurando-se entre as 13 cidades do Brasil com população acima de 100 mil habitantes (GUIMARÃES, 1955, p. 36). Um dos sinais de progresso da cidade vem associado ao aumento de edificações, tratado como um "surto progressista de Campinas", quando novamente a cidade é comparada às capitais e situada como a terceira cidade do estado, com mais de 25 mil prédios no perímetro urbano.

A partir das memórias relatadas por quatro irmãs ex-alunas do Instituto de Educação "Carlos Gomes" que gentilmente colaboraram com este estudo e literatura sobre a cidade, Campinas possuía representatividade política, poder econômico advindo da agricultura e da crescente industrialização e contava com uma elite que imprimia à cidade um estilo de vida próprio. Interiorano, mas com acesso às atividades culturais e literárias das grandes capitais. Guimarães (1955, p. 73-74) ressalta que a cidade recebe normalmente todas as companhias teatrais que vêm à capital paulista, mas lamenta que, mesmo com um moderno e fino teatro municipal, que enriquece o patrimônio da cidade, a predileção popular é para os cinemas. Apresenta, ainda, todas as opções culturais que a cidade possui, como: a orquestra sinfônica, museus, clubes literários e a biblioteca municipal (GUIMARÃES, 1955 p. 75).

Até esse momento, os cursos ginasiais tinham apenas uma "coloração profissional que lhe davam as matérias de psicologia, pedagogia e didática" e as escolas normais com uma

estrutura tradicional não ofereciam satisfatoriamente uma cultura propedêutica e geral, como também não cumpriam seu objetivo de preparação técnica e profissional do professor primário. A estrutura acima descrita é encontrada igualmente no *Código de Educação de São Paulo* de 1933. O artigo 630 assim apresenta os fins do Instituto de Educação: a) Escola de Professores; b) Escola Secundária; c) Escola Primária; d) Jardim da Infância; e) Biblioteca (SÃO PAULO, 1933).

O mesmo Código traz em seu título VI, as orientações para o funcionamento da biblioteca no Instituto. O capítulo I apresenta sua organização e fins. O capítulo II trata da administração e apresenta, no artigo 740, a exigência de a biblioteca contar com um bibliotecário, um quarto escriturário e um servente. O artigo 741 expõe as competências do bibliotecário:

> a) organizar, administrar e fiscalizar as várias secções da biblioteca;
> b) manter em dia a classificação, catalogação e inventario dos livros;
> c) propor ao diretor do Instituto de Educação a compra e permuta de livros e outras publicações;
> d) orientar e auxiliar a leitura dos alunos do Instituto;
> e) incumbir-se de aulas de biblioteconomia, quando solicitadas;
> f) colaborar com os professores na elaboração de resenhas bibliográficas;
> g) manter correspondência com bibliotecas nacionais e estrangeiras;
> h) incumbir-se da preparação do catálogo geral;
> i) apresentar semestralmente ao diretor do Instituto relatório dos trabalhos realizados e, anualmente, inventario dos livros.
> j) organizar e manter em dia cópia do catalogo de bibliotecas e, livrarias que publiquem boas obras sobre educação;
> k) dirigir e orientar os trabalhos do escriturário e do servente" (SÃO PAULO, 1933).

Finaliza o título sobre biblioteca no capítulo III estabelecendo as formas de funcionamento da biblioteca circulante. O artigo 742 define que "a biblioteca deverá ter serviço de circulação que permita a retirada de livros aos professores e alunos do estabelecimento e demais pessoas interessadas." Os parágrafos desse artigo têm especial interesse por aproximar-se da figura da bibliotecária mencionada nas memórias das ex-alunas do Instituto de Educação "Carlos Gomes":

> § 1.º – Compete ao bibliotecário a fiscalização rigorosa deste serviço, afim de que seja garantida a devolução, em tempo, da obra retirada, com taxas estipuladas no caso de devolução tardia de não haver devolução ou de danificação de livros.
> § 2.º – Essa taxa é estipulada pelo bibliotecário, com audiência do diretor do Instituto, e constará do regulamento interno.
> § 3.º – Essas taxas serão recebidas diretamente pela biblioteca e empregadas na aquisição de livros e outras publicações.

Anne-Marie Chartier e Jéan Hébrard (1995, p. 366) iniciam o texto em que tratam dos regulamentos das bibliotecas em escolas normais em *Discursos sobre a leitura (1880-1980)* com a seguinte advertência: "Eis a lição que se pode tirar dos regulamentos que disciplinam o uso das bibliotecas de escola normal: o acesso aos livros é severamente fiscalizado e limitado". As memórias das ex-alunas do Instituto de Educação "Carlos Gomes" a respeito das leituras desenvolvidas na biblioteca desta instituição em muito se aproximam desta afirmação. Enquanto os autores mencionam o controle exercido por preceptores, inspetores e diretores, as memórias das ex-alunas atêm-se à figura da bibliotecária que atuou no período em que estudaram.

Tanto os relatos quanto os registros encontrados nos livros da biblioteca demonstram que a bibliotecária adotava uma postura de acordo com o que era previsto no Código de Educação para os bibliotecários dos Institutos de Educação. Em seus relatórios, a bibliotecária menciona as atribuições de seu cargo citando o Decreto nº 56.725, de 16 de agosto de 1965, que regulamenta a Lei nº 4.084, de 30 de junho de 1962, o qual dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário.

Novamente a tentativa de aproximação das práticas de leitura na biblioteca do Instituto se assemelha às situações descritas por Chartier e Hébrard (1995, p. 368). Se, no último caso os autores questionam a distância existente entre as autoridades parisienses favoráveis a uma política mais estimuladora e liberal em matéria de leitura, e o excesso de rigor exercido pelos diretores nas escolas normais transforma os alunos-mestres mais em "escravos do programa" que "amigos da leitura", as memórias relatadas pelas ex-alunas também demonstram o quanto suas leituras eram voltadas para pesquisas de conteúdo e leituras com o propósito de fichamento para as disciplinas dos cursos. Não são citados momentos de leitura com o simples propósito de ler por escolha, para conhecer uma obra ou autor.

A possibilidade dessa leitura desenvolvida como "amigo da leitura" é rememorada em outros espaços frequentados pelas ex-alunas como o clube literário do Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA)[2] e principalmente a Biblioteca Pública Municipal Prof. "Ernesto Manoel Zink". A memória da sala de leitura da biblioteca do Instituto está ancorada às normas de comportamento e disciplina dentro do ambiente, não à própria leitura. Assim, o passo leve

2 Ao citar o Clube de leitura frequentado é feita a menção ao Centro de Ciências, Letras e Artes (CCLA). Fundado em 31 de outubro de 1901, na cidade de Campinas, por um grupo de cientistas, artistas e intelectuais que decidiram criar uma instituição em que pudessem se reunir para o estudo e a produção de atividades científicas e artísticas. Durante as primeiras décadas do século 20, pela própria ausência de um órgão de Estado dedicado exclusivamente à cultura, o CCLA reuniu e promoveu grande parte das produções culturais da cidade. Disponível: <http://ccla.org.br/sobre-o-ccla/>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2015.

para caminhar, o respeito para solicitação do livro, o cuidado em seu manuseio, a impossibilidade de explorar suas estantes e a responsabilidade para devolução do exemplar sem muitas marcas dá o tom ao relato. O livro para a leitura mencionada como "leitura por prazer" seria procurado na biblioteca do Instituto apenas quando não fosse encontrado na biblioteca municipal ou clube literário.

Em sua pesquisa sobre os Institutos de Educação entre 1933 e 1975 Labegalini (2009) analisa os programas de ensino desde o programa estabelecido em 1933 para a Escola de Professores do Instituto de Educação "Caetano de Campos" até programas do Curso Normal de 1958. A pesquisa demonstra que, mesmo com as alterações realizadas, os diferentes cursos abordavam a leitura sempre considerando seu conteúdo teórico-metodológico, com o objetivo de preparar os alunos para o seu ensino quando atuassem como professores.

A manutenção dessa proposta pode ser verificada nos relatos das ex-alunas ao mencionarem o pouco incentivo à leitura da literatura nacional ou dos clássicos universais. A indicação de leitura destes vinha associada ao ensino de literatura, ou seja, como forma de estudo da escola literária. Assim, José de Alencar era lido para compreender o romantismo, Machado de Assis para compreender o realismo, as obras eram estudadas e não apreciadas. A leitura era tratada como um recurso voltado para a compreensão da língua, aquisição de conhecimentos, um meio para enriquecer e corrigir a linguagem, não para a apreciação estética da obra. Desse modo, a indicação de "leitura por prazer" ocorria entre os alunos e a "amizade com a leitura" ocorria como as demais amizades nas horas não destinadas ao estudo e que escapam ao cumprimento do horário escolar tornando a biblioteca do Instituto uma biblioteca para livros e não para leitores.

2. As relações estabelecidas com o lugar, suas dimensões e memórias

A aproximação das práticas de leitura através dos relatos de memória das ex-alunas possibilitou compreender os modos de circulação e apropriação (CHARTIER, 2004) dos livros na biblioteca a partir do olhar daqueles que seriam seus consumidores. Por esse olhar, aparentemente, a biblioteca no Instituto de Educação "Carlos Gomes" destinava-se à aquisição e conservação dos livros e, mediante seu acervo, reafirmava o lugar de distinção ocupado pelo Instituto no cenário educacional da cidade. Seu amplo acervo era renovado, conforme demonstram os relatórios da bibliotecária por meio de novas aquisições, assinatura

de periódicos, doações e permutas com editoras e consulentes (MENEZES, 2011). Contudo, o seu uso ocorria de modo cerimonioso e pouco acessível aos alunos.

O estado de conservação de muitos livros da biblioteca não circulante do Instituto de Educação “Carlos Gomes” demonstra que foram pouco manuseados, muitos trazendo o cartão de empréstimo sem registros, o que confirma os relatos das ex-alunas sobre as restrições de acesso aos exemplares. Sobre os modos de empréstimo, as ex-alunas descrevem que o processo iniciava com a consulta feita no chamado catálogo dicionário organizado em fichas e acondicionado em um arquivo de madeira.

Esse catálogo dicionário possibilitava a busca do livro pelo nome do autor, pelo assunto ou pelo título. Por esse sistema de busca era possível levantar quais obras de determinado autor havia na biblioteca, pesquisar determinado assunto, conteúdo e assim por diante. As fichas eram organizadas em ordem alfabética como um dicionário, o que explica o nome catálogo dicionário. Esse sistema possibilitava três formas de busca: pelo sobrenome do autor da obra, pelo título do livro e ainda pelo assunto. Ao encontrar as referências do livro, era preciso anotar seu número de chamada, presente no canto esquerdo da ficha, e procurá-lo na estante, pelo mesmo número registrado na lombada do livro. Após encontrar o livro o aluno devia ir até a mesa da bibliotecária para o registro do empréstimo.

Contudo, tinham estantes de acesso livre e outras em que o livro só poderia ser retirado com o auxílio da bibliotecária ou de um de seus auxiliares. A censura de livros não estava posta, mas passar pelo registro no livro da bibliotecária era, por si só, um ritual de censura. Havia a preocupação em ouvir nesse momento que o livro não seria adequado para a idade ou inadequado à idade. Mesmo os livros que eram lidos na sala de leitura e não seriam retirados da biblioteca passavam pelo o registro de empréstimo, por conseguinte, pelo controle.

De acordo com os relatos, as idas à biblioteca ocorriam em horário estipulado pela instituição, durante o intervalo, ou quando algum professor faltava; também era autorizado o uso da biblioteca no horário contrário ao de aula. Mas nesse horário a preferência era pela biblioteca municipal ou pelo clube de leitura, especialmente se a leitura não tivesse objetivo de estudo.

Ao tratar a biblioteca a partir das memórias estabelecidas das ex-alunas com este lugar é transposto seu domínio físico a partir da vontade de memória ali presente. Assim, deixa o aspecto puramente funcional, se visto a partir deste olhar revestindo-se das dimensões: material, funcional e simbólica consolidando um lugar mnemônico. Mesmo se a dimensão funcional for modificada pela temporalidade adquirida, ou mesmo apagada pela

história (RICOUER, 2007) a relação dialógica estabelecida entre passado e presente possibilita o trabalho da memória. Desse modo, os lugares de memória não são aquilo a partir do que se lembra, mas lá onde a memória trabalha; não a tradição mesma, mas seu laboratório (NORA, 1993).

Ao contrário dos lugares comemorativos que carregam em si o sentimento de continuidade (NORA, 1993, p.7) e que de certo modo, contribuíram para a banalização do termo "lugares de memória" como um espaço físico e depósito de objetos de memória de um grupo ou instituição. A biblioteca do Instituto de Educação "Carlos Gomes" pode ser abordada conforme propõe Ricouer (2007, p. 412) ao qualificar os lugares de memória de Nora como insólitos, atestando que não se trata simplesmente de lugares topográficos, mas marcas exteriores nas quais as condutas sociais são pautadas.

Assim, tanto os objetos simbólicos, quanto os comemorativos podem ser considerados como instrumentos de base do trabalho histórico. Essa complexa estrutura dos lugares de memória proposta por Nora, no que diz respeito a dimensão material refere-se as realidades dadas e manejáveis. A dimensão simbólica volta-se para a imaginação e garante cristalização das lembranças, já a dimensão funcional, seria destituída pela história (RICOUER, 2007, p.416).

Ainda de acordo com as críticas desenvolvidas por Ricouer a má interpretação das propostas de Nora sobre a questão podem gerar equívocos sobre a patrimonialização destes lugares, restringindo bibliotecas do gênero apenas à sua dimensão material em detrimento das dimensões simbólicas e funcionais, assim como aspectos ligados à sua memória coletiva (HALBWACHS, 2013).

Finalizando...

Limitadas em uma biblioteca extremamente organizada com normas e regras bem estabelecidas, onde havia um aparente silêncio, as alunas reinventaram um outro espaço para estabelecerem a existência de um grupo ao redor de referências comuns (CERTEAU, 1993, p.18). Nesse caso, o gosto por um hábito tão defendido pela escola, e por vezes igualmente restringido por ela, foi a referência para articular esse grupo de leitores que foi renovado e reinventado num movimento dialético entre lugares e espaços, estratégias e táticas no cotidiano desse lugar.

A partir dessa organização (espaço controlado) no qual as alunas estavam inseridas, elas atribuíram uma dimensão simbólica aos espaço físico da biblioteca, dos corredores, salas e pátios transformando-os em (lugar praticado). Os livros como um produto a ser consumido, compondo este lugar, foram ressignificados por cada nova leitura.

Ao abordar a dimensão material, simbólica e funcional, Nora (1993, p. 21) ressalta que "os três aspectos coexistem sempre". Neles a separação entre história e memória não seria rígida: ainda segundo o autor, os lugares de memória seriam constituídos em "um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a uma sobredeterminação recíproca". Para o autor não seria possível o rastreamento dos investimentos humanos na constituição desses lugares em "lugares de memória" se ali estivesse ausente uma vontade ou intenção de memória. O que configuraria tais lugares em "lugares de história." (NORA, 1993, p. 22).

Nesta perspectiva, "lugares de memória" e "lugares de história" poderiam ser objeto da busca de historiadores e pesquisadores por sua patrimonialização. Para ser considerada um "lugar de memória" a biblioteca do Instituto de Educação "Carlos Gomes" traria a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, e outra realidade puramente simbólica, portadora de uma história juntando objetos físicos e objetos simbólicos, considerando os aspectos que tenham em comum.

Finalizando, a relação ente "lugares de memória" e patrimônio a partir do proposto por Nora (1993) passa por abrir a visão a "toda uma outra história" e compreender estes lugares não como repositórios ou reforços para um constante rememorar, deveriam ser considerados lugares onde a memória trabalha.

Referências

CERTEAU, Michel de. **A Cultura no Plural**. São Paulo: Papirus, 1993.

_____. **A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1996. v. 1: Artes de fazer.

CHARTIER, Anne-Marie; HÉBRARD, Jean. **Discursos sobre a leitura (1880-1890).** São Paulo: Ática, 1995.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. Tradutor: Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP. 2004.

LABEGALINI. Andréia Cristina Fregate Baraldi. **A Formação de professores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo** (1933-1975). Arte e Ciência. São Paulo. 2009.

GUIMARÃES, Alaôr Malta. **Campinas em 1955.** Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1955.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2013.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernrado Leitão. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1994.

NASCIMENTO, Terezinha A. Quioto Ribeiro do. A formação do professor primário no Estado de São Paulo: a Escola Normal de Campinas. In: NEGRÃO, Ana Maria Melo et al. **Memórias da Educação:** Campinas (1850-1960). Campinas: Editora da UNICAMP/ Centro de Memória, UNICAMP, 1999. (Coleção Campiniana, 20).

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, n° 10, p. 7-28, dez. 1993.

MENEZES, M. C. **O mapeamento de uma biblioteca de formação de professores.** Mimeo. 2011.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

SÃO PAULO. Decreto n. 5. 884, de 21 de abril de 1933. **Código de Educação do Estado de São Paulo**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1933. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5884-21.04.1933.html>. Acesso em: 12 jan. 2015.